



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO SUDOESTE DO PARANÁ: ESPAÇO DE LUTAS E CONTRADIÇÕES

Iliane Bavaresco Groff ¹, Yolanda Zancanella ²

¹UNIOESTE-Universidade estadual do Oeste, Ilianegroff@bol.com.br, ²UNIOESTE-Universidade estadual do Oeste yolandazanca@yahoo.com.br

Resumo: Os assuntos referentes à história da educação no Sudoeste do Paraná, são escassos. Esta pesquisa é de extrema importância para compreender os fatores que influenciaram e determinam os processos educativos na região. Este artigo apresenta resultados de pesquisa bibliográfica, que buscou identificar o surgimento das primeiras escolas no Sudoeste do Paraná, as formas de organização, fazendo comparações com as iniciativas estaduais e nacionais. Fundamenta-se em autores que desenvolveram pesquisas referente a história do Sudoeste do Paraná, destacando: Cattelan, Ghizzi, Kruger, Lacerda, Souza, Trindade e Andrezza e Wachowicz. Os resultados apontam elementos importantes, sobre a história da educação na região pesquisada, revelando que ainda temos um longo caminho à percorrer para desenvolver uma proposta de educação de melhor qualidade tendo como objetivo a emancipação da classe trabalhadora.

Palavras-chave: História da educação, Sudoeste do Paraná, Educação de qualidade.

1. INTRODUÇÃO

O conhecimento histórico é um importante alicerce para a compreensão dos fatos culturais, econômicos, políticos, religiosos e sociais produzidos ao longo da humanidade. Essa construção permite entender como e porque são organizadas as formas de pensar, produzir e viver de diferentes civilizações e épocas.

Esta pesquisa pretende, com base no conhecimento histórico referente ao surgimento das primeiras escolas na Região Sudoeste do Paraná, compreender o contexto atual referente a educação da classe trabalhadora, em que, culturalmente e historicamente foi negado, aos filhos do trabalhador, o direito a educação integral.

As reflexões aqui realizadas trazem contribuições dos estudiosos: Cattelan, Ghizzi, Kruger, Lacerda, Souza, Trindade e Andrezza e Wachowicz, que dedicaram parte de seus estudos, ao desvelamento da história da Região Sudoeste do Paraná.

Ao pesquisar em diferentes materiais bibliográficos, observou-se a escassez de registros referentes à educação na Região Sudoeste do Paraná. Notam-se breves relatos que somados, limitam-se a alguns parágrafos.

Fazer um levantamento e catalogação dessas fontes é fundamental para preservar a historicidade da educação regional. O objetivo deste

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



artigo é fazer o resgate da história da educação no Sudoeste do Paraná, bem como abrir caminho para a realização de novas pesquisas, descobrindo assim nossa identidade.

O texto procura, na primeira parte, trazer uma abordagem histórica referente ao surgimento das primeiras proposta de educação na região Sudoeste do Paraná, sua forma de organização, e seus personagens, possibilitando compreender que somadas à história existe a construção da identidade humana e da própria humanidade. Com o progresso houve muitos avanços, mas também barbaridades, como é o caso dos índios primeiros e legítimos ocupantes da região, que foram dizimados. Nossa história é composta pelo esquecimento, lutas, contradições e sonhos.

Na segunda parte, destacam-se os avanços e problemas que surgiram com o progresso, as lutas dos posseiros pelas terras e o surgimento das primeiras escolas públicas no Sudoeste do Paraná. Embora os avanços, ainda almejamos uma educação com formação humana integral para o filho do trabalhador.

2. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO SUDOESTE DO PARANÁ

Toda árvore, por maior que seja, nasceu de pequenina semente que, frágil e delicada, um dia foi ali acolhida pela terra generosa, germinando ao acaso dos desígnios que nem sempre o homem entende. Mas, sem temor do destino, sem calcular os riscos, crescendo sem render-se ao furor das tempestades, confiante na segurança das raízes profundas donde se alimenta, afirma-se para cumprir sua missão de ente vivo histórico”. (KRÜGER, 2004, p.06)

A apropriação do conhecimento histórico é como a árvore, que de pequena se fez grande dentro de uma esfera complexa entre o tempo, o espaço e as relações. Nessa dinâmica evolutiva, a árvore não se constituiu isolada, existe o meio, as outras árvores, as plantas, as condições do solo, as peripécias da natureza. Em cada uma de suas composições há um espiral em continua anuência entre o passado, presente e futuro. Embora grande, ainda sua essência lembra a semente que germinou e apresentou vida.

Assim como a árvore, a história é algo interessante e vivo, que permite desvelar e comprovar, pela investigação científica, a identidade de um povo e suas formas de organização e manifestação. Relacionado a esse processo de descoberta, está o Sudoeste do Paraná, que outrora, apresentou-se como um terreno fértil para colonização, e hoje como um espaço vasto de iniciativas de pesquisa para o historiador.



A região do terceiro Planalto, o Sudoeste do Paraná, era habitada por grandes tribos indígenas, primeiros e legítimos ocupantes da região, que com a chegada dos bandeirantes/ homem branco, foram dizimados de suas terras. Rastros de muita violência percorreram a região

[...] em 1628, com sua bandeira de 3.000 portugueses e 900 mamelucos, Raposo Tavares [...] chegou ao planalto paranaense. Primeiramente, destruiu uma a uma todas as reduções a partir do Vale Tibagi. [...] parte da bandeira dirigiu-se ao Vale do Iguaçu, onde destruiu 12 aldeamentos. Voltou para São Paulo em 1629, onde vendeu 20 mil índios como escravos. (KRÜGER, 2004, p.21).

Por quase duzentos anos, após esse massacre, o Oeste e Sudoeste do Paraná permaneceu deserto, habitado por tribos dispersas na floresta (Krüger, 2004). A colonização branca europeia do Sudoeste do Paraná começou de forma tardia. A região foi abandonada politicamente durante anos, o que gerou grande descontentamento da população, que percebia que tudo “chegava depois” na região, enquanto que nos grandes centros do Estado, desde o século XVII já estavam presentes as instituições portuguesas. Um exemplo é o povoamento de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, que já em 1648 (Trindade e Andreazza, 2001), é elevada a vila, a primeira do Estado.

Em 1691, em Paranaguá, a câmara do Provincial da Companhia de Jesus, solicita a vinda de seis padres, (Trindade e Andreazza, 2001) com o objetivo de desenvolver suas ações educacionais, fornecendo todas as condições necessárias para esse processo, incluindo a construção de escolas, doação de terrenos. Nessa época, os padres da Companhia de Jesus, determinavam a proposta de ensino, tendo como objetivo principal a catequização e a propagação do cristianismo. Tempo em que a Região Sudoeste do Paraná ainda não apresentava vestígios de colonização branca europeia. Sobre a educação jesuíta,

Efetivamente, foi na Capela de Nossa Senhora das Mercês de Paranaguá que funcionou a primeira escola primária dos jesuítas entre os anos de 1708 e 1741. Neste ano foi inaugurado o Colégio Jesuíta da *Ribanceira* e nele concentraram-se as atividades educacionais dos inicianos até 1759. (TRINDADE E ANDREAZZA, 2001, p. 33).

Enquanto foram construídas as primeiras escolas no Estado do Paraná, a região sudoeste permaneceu isolada. Habitada quase que exclusivamente por povos indígenas das tribos Tupi-Guarani, legítimos habitantes deste território. Nesse momento histórico, observa-se a discrepância existente entre os centros como Curitiba, que começam a participar do progresso nacional e suas inovações e o primitivismo que envolve as regiões interioranas do Estado. Com a ocupação branca



européia, no interior do estado, foram evidenciadas situações negativas de violência, doenças, escravidão, negação da cultura indígena e exploração predatória.

Na década de 1720, no Estado do Paraná, há indícios de professores particulares pedindo licença para manter escolas públicas de ler, escrever e contar. Eram letrados que desenvolviam ações pedagógicas em suas casas. Somente na segunda metade do século XVIII, são instituídas as aulas régias pela corte portuguesa, visando um ensino laico.

A expulsão dos jesuítas, com a reforma pombalina de laicização, culminou no descaso e precariedade do ensino público no Paraná, houve o abandono dos órgãos federais, deixando a população a mercê da ignorância. No século XIX, as famílias mais abastadas pagavam professores particulares, os mestres-régios, que ministravam aulas para o sexo masculino. A partir de 1835, (Trindade e Andreazza, 2001) as meninas de Curitiba passaram a contar com professor de primeiras letras, em 1836 as de Paranaguá e nas demais localidades terá início nas décadas seguintes.

Em 15 de novembro de 1827, surge à primeira Lei Orgânica da instrução nacional, que regulamentou a educação da nova nação, lei que permaneceu por 100 anos. “Por essa Lei todas as cidades, vilas e lugares mais populosos deveria haver as escolas de primeiras letras [...]” (TRINDADE E ANDREAZZA, 2001, p. 48, grifo nosso). Em seu texto estabelecia a diferença de gênero nas instituições de ensino, sendo que os meninos recebiam um ensino mais avançado, enquanto que as meninas aprendiam o básico e lições sobre prendas domésticas.

O primeiro registro da presença de professor no Sudoeste do Paraná, está nas pesquisas de Krüger, revelando que “O primeiro professor da antiga Bela Vista de Palmas, Antônio Marcelino Pontes, o Mestrinho, veio de São Paulo em 1886, contratado pelos mais abastados para dar aulas de casa em casa”. (KRÜGER, 2004, p 69). Nessa época no Brasil existia a coexistência educacional entre as vertentes religiosas e leiga da pedagogia tradicional.

Historicamente em nosso país, a educação foi privilégio da classe dominante, que possuía condições para pagar professores particulares ou de matricular os filhos em outras cidades, estados e países. A exclusão da classe trabalhadora dos processos educativos aparece de forma latente nas bibliografias estudadas. Historicamente o ensino foi renegado ao índio, aos menos abastados, a mulher, ao negro, às pessoas acometidas com deficiência e também às regiões de fronteira e do interior do Brasil, como é o caso do Sudoeste do Paraná.

Krüger, descreve que na região de Clevelândia

Só em 1903 o professor Eugênio formou a primeira classe para o ensino coletivo, com 30 alunos. Em 1936 Lenita Beltrão, então única professora formada, tomou posse como diretora do grupo escolar de Clevelândia, sucedida em 1944 pela professora Ana Aldetti Pacheco. (KRÜGER, 2004, p 69).



Entre 1917 à 1922, no Brasil, houve a disseminação das escolas primárias, reflexo do chamado *entusiasmo pela educação*, que acreditava que através da educação, seria possível o progresso. Com essa ideologia, multiplicaram-se as escolas públicas primárias, tornando-se uma reivindicação constantes das autoridades de ensino. Questões que até então não eram pensadas, começaram a se tornar recorrentes como a infraestrutura, condições de higiene das escolas. “ À propagação das escolas primárias paranaenses, seguiu-se a valorização do ensino público secundário de cunho propedêutico e dos cursos profissionalizantes”. (TRINDADE E ANDREAZZA, 2001, p. 81).

A região Sudoeste do Paraná, até o final da década de 1910, era constituída por extensa floresta e habitada, quase que exclusivamente por caboclos, remanescentes de luso-brasileiros e indígenas, chamados de bugres (Korb, 2010). Na mesma época, em outras regiões do Paraná o progresso se instalava, principalmente em Curitiba (Trindade e Andreazza, 2001), que entre 1900 e 1910 já havia implantado a energia elétrica, processo de industrialização e de serviço, construção de ferrovias.

A fundação da Colônia Bom Retiro em 1918, foi a primeira tentativa de ocupação efetiva da região que originou à cidade de Pato Branco (Korb, 2010). O objetivo da criação da colônia era abrigar colonos expulsos da região do Contestado.

Entre 1920 e 1930, de acordo com registros do pesquisador Vaz (1980), as famílias habitantes do Araça-Negreiro, região entre o município de Marmeleiro e Campo Erê, reuniram-se e contrataram um professor para lecionar aos seus filhos: o professor Afonso. Até essa data, na região, a educação das crianças ficava a cargo das famílias. Nem todos os professores contratados possuíam formação para ministrar aulas, geralmente ensinava-se a ler, escrever e contar, o que era considerado, um privilégio na época.

Krüger, pontua que primeiro professor de Pato Branco foi Noé Aires de Mello e em Cruzeiro do Iguaçu, “a primeira escola do futuro município foi dirigida pelo professor Gabriel. Ele vinha a cavalo, de outra localidade, para lecionar no povoado. Mais tarde foi substituído pela professora Irene”. (KRÜGER, 2004, p 109).

Outra parte interessante do livro de Krüger é o relato da Professora Irma Ampère, cujo título, *Professora sem diploma*,

Eu lia muito e tive facilidade de aprender. Fui professora vários anos, sem ter completado o primário. Tive nove filhos e ensinava redação a eles. Só alguns anos mais tarde fiz um teste e tive nota máxima em português. Depois só então fiz admissão ao ginásio. Tive nota máxima em redação”. (Krüger, 2004, p 164).



A situação exposta pela professora Irma, tornou-se recorrente em nossa região, pois no início da colonização a preocupação maior estava em desbravar as terras, tornando-as propícias para a agricultura e criação de animais. A maioria dos habitantes eram pequenos proprietários, moravam em ranchos improvisados, com poucas condições. Muitas razões influenciaram na colonização, dentre as quais: caça, pesca, fuga, busca de novas terras, desejo de enriquecer, busca de progresso (Ghizzi, 1997).

Observou-se através da pesquisa de Krüger (2004), que os primeiros professores do Sudoeste do Paraná foram homens. A presença feminina apareceu depois da década de 1900, até então, a educação mantinha-se como privilégio das elites, destinada ao gênero masculino. Percebeu-se a dificuldade da chegada dos primeiros professores, que inúmeras vezes tinham que residir nas escolas, devido à dificuldade de locomoção da época, geralmente feita a cavalo. O autor destaca que “A primeira escola de Francisco Beltrão era Federal. Era a Escola nº 1, da CANGO, e a primeira professora era Italina Zancan, e tinha 33 alunos na 1ª série”. (KRÜGER, 2004, p 157).

Lacerda (2010), no livro Os Dez Sudoeste, descreve o abandono político que vivia a população da região de fronteira, na cidade de Barracão, em 1929. Nessa localidade sequer existiam escolas para as crianças, ao contrário do território argentino de fronteira, que mostrava organização, presença de escolas e acompanhamento político. O autor destaca, através das descrições do escritor argentino Othon D’Eça, a situação de abandono que vivia a população de fronteira pertencente ao Brasil: “Naqueles confins, ignorados de nossa terra, o escritor avistou crianças saindo de uma escola. Eram quase todas brasileiras, moravam do “lado de cá” e frequentavam as do “lado de lá” porque do lado de cá não havia escolas.”(LACERDA, 2010, p. 93).

Wachowicz comenta que “Muitos brasileiros da fronteira estudaram as primeiras letras na Argentina. A escola brasileira demorou a surgir na região da fronteira e nem sempre funcionava”. (WACHOWICZ, 1985, p.73).

A situação descrita por Lacerda e Wachowicz permaneceu até os anos cinquenta. A partir da década de 60, com os avanços educacionais em nosso país, essa realidade mudou. Estudantes brasileiros que moram nas regiões de fronteiras, como Barracão, estudam em escolas brasileiras.

3. PROGRESSO NO SUDOESTE DO PARANÁ: ESPAÇO DE LUTAS E CONTRADIÇÕES



Em 1938, então presidente Getúlio Vargas, estabeleceu a política de “Marcha para o Oeste”, com o objetivo de colonizar o interior do Brasil, foram criadas colônias e territórios federais no Brasil. No Paraná destacou-se a CANGO (Colônia Agrícola General Osório) responsável pela criação das primeiras escolas. Nesse período, houve a expansão das escolas rurais no Brasil.

De acordo com Wachowicz (1985), até 1940, os caboclos que colonizaram a região tinham como atividade a criação de suínos e erva-mate. Levavam uma vida simples, trabalhavam para a subsistência, compravam o necessário para produzir na lavoura. Nas décadas de 1930 a 1940 os caboclos começaram a vender suas “posses” de terra, pra imigrantes vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A vinda dos imigrantes causou um choque cultural e econômico entre os caboclos e sulistas.

No ano de 1943, pelo decreto Nº 12.417, o Ministério da Agricultura instalou a CANGO, com o intuito de colonizar esta região (Cattelan, 2016). A CANGO oferecia lotes gratuitos de terras às famílias que vinham migradas de diferentes regiões do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A CANGO foi responsável pelo início da colonização da margem esquerda do rio Marrecas, atual cidade de Francisco Beltrão, construindo assim: o primeiro hospital, olaria, ferraria, oficina mecânica e a primeira escola, de acordo com Cattelan (2016), em 3 de maio de 1948, quando foi ministrada a primeira aula, pela professora Italina Zancan.

O município de Marmeleiro, assim como as demais localidades da região Sudoeste do Paraná, participou do processo de colonização efetuado pela CANGO. “Em 1944, chegou na cidade, credenciada pela Prefeitura Municipal de Clevelândia, a professora Maria da Luz Viana que iniciou o seu trabalho de profissão no novo povoado”. (GHIZZI, 1997, p.10). Este registro torna-se pertinente, pois evidenciou a preocupação do poder público com a educação da população. Na década anterior, às famílias que possuíam condições, pagavam professor particular para ministrar aulas para os filhos.

A ocupação do Sudoeste do Paraná foi marcada por lutas, em que os posseiros reivindicaram por justiça social, lutando pelo direito às escrituras das terras, em que haviam construídos suas casas e estabelecido sua morada apoiados pela CANGO. Alguns impasses foram travados na disputa pelo território que era localizado na gleba Missões, entre eles a Revolta dos Posseiros em 1957.

De acordo com Catellan (2014, p.21), em 1948, com a fixação da CANGO, na Vila Marrecas, houve a abertura de turmas primárias multisseriadas e a construção da primeira escola na região, ligada ao governo federal. As escolas foram mantidas pela CANGO até 1957, depois



passaram sob a responsabilidade do município de Francisco Beltrão, bem como o quadro de professores.

Na época de colonização,

Muitas dificuldades essas famílias enfrentaram: abriram picadas onde nesta época somente era possível transitar a pé ou a cavalo; no início da povoação suas casas eram “bem simples” devido a falta de recursos e pelos sinais evidentes da presença de índios, muitos abandonaram definitivamente Marmeleiro deixando na roça o seu produto. Outro problema era a distância dos centros fornecedores de alimentos que na época era Clevelândia ou Barracão, na qual demorava em torno de doze dias, devido a viagem ser feita a pé ou a cavalo único meio de transporte disponível na época, muitas vezes pela própria situação das estradas. (GHIZZI, 1997,p.9).

As condições apontadas por Ghizzi (1997), na cidade de Marmeleiro, revelam a realidade de inúmeros municípios da Região Sudoeste, que permaneciam isolados dos grandes centros, ou cidades polos, principalmente antes da criação da CANGO (Colônia Agrícola Nacional General Osório). Com a criação da CANGO, habitantes atraídos pelos trabalhos oferecidos na construção de obras de infraestrutura e pela distribuição de lotes de terras gratuitamente, fixaram residência no Sudoeste, dinamizando a vida social e cultural da comunidade.

Com o crescimento da população, a CANGO começou a construir escolas para que os filhos dos posseiros pudessem estudar. Desde sua criação até o ano de 1951, conforme consta em relatório sobre o Ensino Primário, de 15 de janeiro de 1951, a CANGO mantinha 15 escolas, sendo que uma delas era em sua sede e as demais distribuídas pela Colônia. As escolas construídas pela CANGO eram nominadas por números e cada qual, tinha seu professor e alunos. (CATELLAN, 2014, p. 8).

Na cidade de Marmeleiro,

Foi contratada pelos moradores em 1949, para atuar como professora, a senhora Carlita, para ensinar filhos dos moradores que tinham idade escolar. Oficialmente a primeira escola de Marmeleiro, surgiu em 1950, onde se localiza o Bairro Alvorada, tendo como primeira professora Gema Capelari. Na praça do povoado, por volta de 1953, foi construído um barracão pra funcionar como escola. Atuaram como professora: Carolina Brandão e Maria das Dores Lopes (Dorzinha) e Leni Viana . (GHIZZI, 1997, p.10).

Nas questões que envolveram o Estado do Iguazu (1967), Wachowicz (1939, p. 158) destaca que entre os principais argumentos apresentados para criação do novo estado estava a quase ausência de escolas de boa qualidade para as novas gerações, não havendo cursos científico (atual 2º Grau). Para frequentar escolas superiores os estudantes tinham que se deslocar para Curitiba, Porto Alegre, ou Florianópolis, condição difícil para as famílias.

Com a Lei Nº 4024 de 1961- institui a educação como direito de todos, embasada nos princípios de liberdade e solidariedade, sendo de responsabilidade da união e dos municípios.



Foi mediante a LDB de 1961, que o Paraná organiza o Ensino primário, estabelecendo em 1962, o “Regime Estadual de Planejamento das Atividades educacionais” e em 1964, pela Lei Nº 4918, criou o Sistema Estadual de Ensino. Em 1971, pela Lei 5692, que institui o primeiro grau de oito anos, porém está ampliação não chegou a zona rural até meados da década de 1980. (CATELLAN, 2014, p. 28).

Na década de 1970, houve o desenvolvimento da indústria e do comércio na zona urbana, enquanto que na zona rural existia o pouco estímulo à permanência do homem ao campo, estimulando sua vinda para a cidade. “[...] até a década de 1970 a população rural era superior à população urbana [...] na década de 1980[...], o aumento se deu na área urbana, acentuando-se nas décadas posteriores” (CATELLAN, 2015, p 147, grifo nosso). Essas são algumas evidências de que a nossa história se assemelha a de tantas realidades, que sofre consequências negativas do descaso político.

Na década de 90, com o surgimento da Lei 9.394/96, Diretrizes e Bases da Educação, evidencia-se um novo momento para educação baseado na esperança de uma educação de melhor qualidade e para todos. No “Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996, p. 01). No “Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996, p. 01). Embora as contradições existentes no sistema de ensino, todas as crianças tem direito a educação. Nossa luta, no Sudoeste do Paraná, é pelo sucesso e permanência dos estudantes no ensino, através de uma formação humana integral e menos contraditória.

Historicamente, o acesso à educação constituiu-se como um privilégio da elite em nosso país, enquanto as classes populares recebiam formação apenas para habilidades rudimentares de leitura e escrita, quando até mesmo isso não lhes era negado. “Na medida em que a escola passou a receber a classe trabalhadora, passou a organizar-se um currículo simplificado, minimalista, para o atendimento das necessidades mais básicas de formação” (SOUZA, 2016, p.21). A questão da qualidade da educação é um dos grandes problemas da atualidade, embora a presença de todos os estudantes na escola, não são garantidos os processos de ensino e aprendizagem a estes.

A história da Educação no Sudoeste do Paraná foi composta pelo abandono, lutas e contradições. Compreender esse processo, as bases em que foi desenvolvida a educação de nossa



região, permite saber que historicamente a educação foi renegada à classe trabalhadora e que ainda temos que buscar uma educação de melhor qualidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir essa pesquisa, pode-se ressaltar que a construção do conhecimento histórico, é uma necessidade, pois os fatos vividos pelas camadas populares, não interpretados, ficando na sua memória.

A região Sudoeste do Paraná, como descrito no estudo histórico dessa pesquisa, é relativamente nova, comparado a história da educação do Paraná e do Brasil. Entretanto, existe a necessidade de conhecer as origens, pois grande parte dela, tem sido perdida em função da ausência de acervos documentais que possibilitem sua preservação. São poucos os bancos de dados que trazem a história da educação no Sudoeste do Paraná, é uma história que permanece na memória dos que vivenciaram as épocas passadas. Muito da identidade do Sudoeste, permanecem no “Arquivo morto”, como o próprio nome diz, são pouco visitados, visto como um depósito de papeis.

Compreender um pouco mais sobre a colonização da Região Sudoeste, contribuiu pra compreender o momento histórico atual, em que ainda lutamos para desenvolver uma educação de qualidade. Observou-se que os processos educativos na região foram iniciados a pouco mais de um século, a construção das primeiras escolas pouco mais de 70 anos. Imaginar que nesse contexto de lutas, muito já foi construído, mas ainda não superamos um ensino dual, que não dá conta da formação humana integral para os menos abastados.

Preservar a memória histórica, conhecer nossas origens é um grande desafio, principalmente em uma região, cuja memória ainda precisa ser revelada. No entanto, existe sempre o primeiro passo, esperamos que nossa história não fique no esquecimento, pois ela faz parte de nossa identidade.

REFERÊNCIAS:

BRASIL, **Educação como exercício de diversidade.** – Brasília : UNESCO, MEC, ANPEd, 2005. 476 p. – (Coleção educação para todos; 7).

BRASIL, **Educação integral : texto referência para o debate nacional.** - Brasília : Mec, Secad, 2009. 52 p. : il. – (Série Mais Educação)

BRASIL, **Manual Operacional do Programa Mais Educação** - Brasília : Mec, 2014.



CATTELAN, Carla. **Educação Rural no Município de Francisco Beltrão entre 1948 a 1981: a escola multisseriada** / Carla Cattelan – Francisco Beltrão, 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão.

GHIZZI, Marlene Cardoso. **Memória da Escola Municipal D. Pedro I – Marmeleiro – PR (1950 – 1996)**. Monografia, Universidade Estadual do Centro-oeste – Unicentro. Fund. Fac. De Ciências Humanas de Francisco Beltrão – Facibel. Curso de pós-graduação Desenvolvimento e Integração da América Latina. 1997.

KORB, Antônio Marcos. **Em busca da “ Terra Prometida”: A colonização do distrito de Jacutinga nas décadas de 1940 e 1950**. Monografia- Bacharel em História, Curso de História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

KRÜGER, Nivaldo. **Sudoeste do Paraná- História de Bravura, trabalho e fé**. Nivaldo Krüger, Editora Posigraf, 2004.

LACERDA, Jorge Baleeiro de. **Os dez Sudoestes: muito antes e além depois**. Jorge Baleeiro de Lacerda. Francisco Beltrão: Jornal de Beltrão, 2010.

SOUZA, Fernanda Ribeiro. **Mais tempo para quê? A organização do currículo em uma escola em tempo integral da rede Municipal de educação de São João – PR/** Fernanda Ribeiro de Souza – Francisco Beltrão, 2016. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e Educação no Paraná/** Etelvina Maria de Castro Trindade e Maria Luiza Andreazza. Curitiba: SEED, 2001.

WACHOWICZ, Ruy Christovam, 1939 – **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização/** Ruy Chirstovam Wachowicz. – Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.